



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

# Gravidez na Adolescência: Uma Análise sobre as Repercussões da Maternidade Precoce na Escolaridade de Adolescentes Mães de 10 a 14 anos no Município de Santarém-Pará

Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima  
Raul Aragão Martins

**Como citar:** LIMA, Cláudia Érika Siqueira do Nascimento; MARTINS, Raul Aragão. Gravidez na Adolescência: Uma Análise Sobre as Repercussões da Maternidade Precoce na Escolaridade de Adolescentes Mães de 10 A 14 Anos no Município De Santarém-Pará. *In:* MANZINI, Eduardo José (org.). Educação, ensino e inclusão em diferentes contextos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 255-278. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-565-0.p255-278>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS REPERCUSSÕES DA MATERNIDADE PRECOCE NA ESCOLARIDADE DE ADOLESCENTES MÃES DE 10 A 14 ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ

*Cláudia Érika Siqueira do Nascimento LIMA<sup>1</sup>*

*Raul Aragão MARTINS<sup>2</sup>*

## Introdução

Este capítulo é parte resultante da dissertação intitulada “Trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no município de Santarém – Pará” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista no ano de 2024. Minha inquietação com este tema, tem como ponto de partida as dificuldades que a experiência com a maternidade precoce e as condições socioeconômicas precárias promovem na vida de jovens mães que vivem em situação de vulnerabilidade social, ora pois, as políticas de promoção de saúde em populações fragilizadas, não são suficientes para promover a dignidade humana, assegurar os direitos humanos e reprodutivos da população adolescente.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho”, UNESP, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: claudia.erika@unesp.br.

<sup>2</sup> Professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: raul.martins@unesp.br

Nesse sentido, este estudo emerge de um problema identificado em minha atuação profissional nas áreas da saúde e da educação. Em primeira análise, do ponto de vista da saúde pública, enquanto enfermeira, tive oportunidade de ter contato com adolescentes grávidas na assistência pré-natal ou durante o parto que tinham uma complexidade de fatores associados à concepção desse bebê no decorrer do processo gestacional. Sob outra perspectiva, que contempla a prática no campo educacional, a convivência com estudantes adolescentes de estratos sociais diversos, levou-me a refletir sobre as questões de sexualidade no contexto escolar, onde visualizo as práticas de educação em saúde para sexualidade neste espaço como uma estratégia fundamental, mas pouco explorada, para que os comportamentos de risco nesta fase da vida não venham a impactar diretamente na trajetória escolar do público infanto-juvenil.

Quanto as estatísticas da gravidez na adolescência, de acordo com o Sistema de Informações de Nascido Vivos – SINASC (Brasil, s.d), contabilizou-se no ano de 2021, 364,7 mil gestações nesta fase da vida, dado este que comparado a 2011 (560,9 mil casos), representa uma queda de 34.9% nos registros (196,1 mil casos). Faz-se importante destacar que, apesar de as taxas apresentarem redução expressiva nos últimos anos, ainda representam tema alarmante para as esferas governamentais, especialmente, pela necessidade de se aprimorar as políticas públicas do país e esforços de variados segmentos da sociedade para o enfrentamento da realidade da população adolescente (Brasil, 2021).

O Informativo das Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.* (2019), afirma que, no Brasil, um em cada cinco nascimentos decorre de gestações na adolescência. O Ministério da Saúde avalia aproximadamente 66% delas como não planejadas (Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.*, 2019). Sobre a região Norte, esta possui o percentual de 18% (65.717 casos) dos partos de adolescentes de 10 a 19 anos de idade e, atualmente, é a segunda região com as maiores taxas de partos entre adolescentes de 10-14 anos de idade, seu percentual é de 23,2% (4.057 casos), sendo superada apenas pela região nordeste com 39,4% (6.880 casos).

Os percentuais do estado do Pará chamam bastante atenção, pois identificou-se que em 2021, aproximadamente 22% (29.960 casos) dos

partos do estado estiveram associados à gravidez na adolescência, sendo 1,3% (1.783 casos) referentes ao público adolescente com idade entre 10 - 14 anos. Já no que diz respeito ao município de Santarém – PA, foram registrados 51 nascimentos de bebês de mães adolescentes com idade entre 10 - 14 anos, no ano de 2021. Este quantitativo representa uma redução nos índices se comparado ao ano de 2010, onde registrou-se 67 nascimentos para este público (Brasil, 2021).

Na tentativa de compreender melhor o tema em questão, a literatura apresentada por Heilborn e colaboradores (2006) propõe algumas reflexões importantes que nos mostram historicamente como as ponderações sobre a temática gravidez na adolescência vêm sendo modificadas. Como por exemplo, nas décadas passadas, o fato de as mulheres engravidarem logo no início da sua idade reprodutiva, não era visto como algo preocupante ou alarmante. Porém, com as mudanças de ordem social, biológica, demográficas e relacionadas com a divulgação de informações sobre as questões referentes à sexualidade, torna complexa e difícil de compreensão da ocorrência deste fenômeno na juventude.

Além disso, as relações sexuais e a ocorrência da gestação adolescente de meninas menores de 14 anos de idade são tratadas pelo Código Penal Brasileiro - CPB (Brasil, 1940) como crime sexual contra vulnerável, independente de discernimento ou não para o consentimento da vítima, ou de qualquer outra circunstância, o que nos indica uma grave ameaça aos direitos humanos e reprodutivos deste grupo etário. Em concordância com o CPB, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA (2021) considera os casos de gestação em meninas com menos de 15 anos, como fator que envolve desde questões de vulnerabilidade a tipos de violência, como por exemplo, a violência sexual, realização de casamentos informais ou uniões precoces e forçadas.

Nesse sentido, a ocorrência da gravidez na adolescência de 10 a 14 anos de idade pode estar associada ao abuso e violência sexual, constituindo um problema grave de saúde pública. Dessa forma, esta pesquisa concentra suas análises em adolescentes mães com idade entre 10 e 14 anos. Tal especificidade se apresenta pelo fato de a discussão sobre a gravidez na adolescência inscrever-se em variadas situações e desdobramentos que a maternidade

juvenil traz consigo e que, muitas vezes, acaba por rotular os jovens envolvidos nessa condição, deixando-os sem o suporte necessário para essa nova etapa da vida (Heilborn *et al.*, 2006).

Por fim, o que queremos sublinhar a partir deste recorte, são as repercussões da gravidez na adolescência sobre a trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos no município de Santarém-Pará, devido os riscos para reconfigurações ou desvios nos projetos de vida. Não é possível desconsiderar o fato de que adolescentes têm direito à educação, e é necessário assegurar-lhes esse direito para que permaneçam no sistema educativo, portanto, a condição da gravidez e da maternidade juvenil, não podem constituir impedimento para continuidade dos estudos. Então, com base no exposto, e nas reflexões desenvolvidas sobre a ocorrência do fenômeno da gravidez na adolescência na vida dos jovens, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: Quais as repercussões da gravidez na adolescência na trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos no município de Santarém-Pará?

Por conseguinte, o objetivo geral deste capítulo é analisar quais as repercussões da gravidez na adolescência na trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos no município de Santarém-Pará, a partir de um estudo do tipo descritivo, com abordagem qualitativa, no qual participaram 07 adolescentes mães que engravidaram com idade de 10 a 14 anos e realizaram a assistência pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher em Santarém-Pará.

## **Metodologia**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, que visa analisar quais as repercussões da gravidez na adolescência na trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos no município de Santarém-Pará.

A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2022) têm como finalidade descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, e uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A abordagem qualitativa desta investigação é marcada pelo fato de trabalhar com o estudo da história, das relações, das representações, das

crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os sujeitos sociais fazem sobre si (Minayo, 2007).

O início desse estudo teve como cenário a Casa de Saúde da Mulher, também conhecido como, Centro de Referência em Saúde da Mulher, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Bairro: Santa Clara, Cep: 68005-110 no município de Santarém. Neste órgão municipal, foi realizado a análise de prontuários de 43 adolescentes mães (quantitativo total de adolescentes mães de 10 a 14 anos que realizaram o acompanhamento pré-natal nos anos de 2020 e 2021 na Casa de Saúde da Mulher).

A coleta de dados ocorreu no período de janeiro/2023 a abril/2023, e aconteceu em duas etapas: a primeira correspondeu a análise de prontuários das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que fizeram acompanhamento pré-natal na Casa de Saúde da Mulher nos anos de 2020 e 2021, e a segunda etapa que foi a realização de uma entrevista semiestruturada com uma amostra dessas jovens mães que aceitassem participar do estudo.

Após a análise dos prontuários, iniciamos as tentativas de contato telefônico com as jovens mães para verificar a possibilidade de participarem do estudo concedendo uma entrevista semiestruturada. Dessa forma, após explanação e convite para participar do estudo, constituiu-se a amostra 07 adolescentes mães que engravidaram com idade entre 10 e 14 anos nos anos de 2020 e 2021, e foram acompanhadas na assistência pré-natal nesta instituição de saúde.

Optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada devido ao fato desse instrumento permitir que o pesquisador trate de temas complexos, através da conversa junto ao pesquisado, de maneira metódica, podendo alcançar resultados que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através do uso de formulários e questionários (Marconi; Lakatos, 2007).

A entrevista semiestruturada teve seu roteiro foi elaborado com base na pesquisa: “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil – GRAVAD” (Heilborn *et al.*, 2006), sendo estruturada da seguinte forma:

a) Parte 1 – Identificação e variáveis socioeconômicas: iniciais das participantes, idade, naturalidade, religião, condições de moradia e questões referentes ao nível socioeconômico.

b) Parte 2 – Trajetória de estudo e gravidez: esta seção foi composta por sete perguntas abertas referentes à escolaridade, gravidez e experiências com a maternidade, suporte escolar e educação em saúde com foco na sexualidade. Foram utilizadas perguntas abertas, as quais permitiram que as adolescentes ficassem mais à vontade para responder e fazer os seus comentários sobre o tema abordado.

Para construção dos resultados apresentados neste capítulo, utilizou-se os dados obtidos na parte 2 da entrevista semiestruturada. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora responsável do estudo, com duração média de 7-10 minutos, respeitando todas as condutas éticas necessárias.

A análise e compreensão dos dados, foi realizada por meio da análise de conteúdo temática sugerida por Bardin (2011), sendo essa técnica essencial para a compreensão dos dados obtidos, pois, conforme a literatura, ao realizar-se a análise de conteúdo temática com base nas unidades de codificação (palavras ou frases) é possível dar origem às categorias temáticas, ou seja, focaliza-se em dar destaque para temas ou significados que têm relevância com relação ao objetivo do estudo (Manzini, 2020).

No momento da realização da entrevista semiestruturada, todas as adolescentes mães ainda eram menores de idade, portanto, sua participação ficou condicionada a autorização individual e do seu responsável legal. Assim, o consentimento das participantes ocorreu após esclarecimentos para as menores de idade e seus respectivos responsáveis, nesse momento garantiu-se as participantes o sigilo, anonimato e respeito quanto a sua identificação, e também foram apresentados e assinados os seguintes documentos: TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido; TCLE – Termo de Consentimento Livre e esclarecido para adultos responsáveis por menor de idade e cópia do roteiro de entrevista semiestruturada (arquivo digital).

Os aspectos éticos e legais que envolvem pesquisas com seres humanos foram respeitados em todas as etapas desta pesquisa, conforme aponta a Resolução 466/2012. O projeto de pesquisa desta investigação foi submetido à Secretaria Municipal de Santarém – PA (órgão responsável pelo local da pesquisa), e foi aprovado em 03 de janeiro de 2023, com a condição de ser iniciada a coleta de dados somente com o parecer favorável do Comitê de Ética.

Dessa forma, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Paulista – UNESP – Campus de Marília, o qual foi aprovado no dia 03 de março de 2023, CAAE: 66713622.2.0000.5406, nº do parecer 5.924.653.

## **Resultados e discussão**

Para que seja possível relacionar a experiência da maternidade precoce com os aspectos escolares e condições socioeconômicas desfavoráveis é necessário caracterizar o perfil das adolescentes mães participantes deste estudo. Nesse sentido, os dados obtidos caracterizam as participantes do estudo como adolescentes mães solteiras, que não planejaram a gestação; engravidaram com idade entre 12 e 14 anos de idade; possuem alguma orientação religiosa (católica ou evangélica); não possuem renda e dependem de terceiros para o seu sustento e da sua prole, pertencem a famílias numerosas e tendem a permanecer com a sua família de origem, não formando novos núcleos familiares a partir do episódio reprodutivo.

O perfil encontrado confirma que os fatores socioeconômicos desfavoráveis somados ao início da vida sexual e reprodutiva precoce contribuem para invisibilidade da fase da adolescência, para invisibilidade do estupro de vulnerável, e demonstram a fragilidade das políticas de proteção e promoção de saúde para crianças e adolescentes. A partir desses dados, torna-se possível então, promover uma reflexão crítica sobre esse fenômeno com o objetivo de direcionar um olhar diferenciado para o público adolescente em decorrência da forte associação a contextos de vulnerabilidade social, carência de informações ou orientações sobre sexualidade, dificuldade no acesso aos serviços de saúde e desigualdades sociais.

As experiências compartilhadas sobre a maternidade precoce notadas no relato das participantes, direcionam para uma melhor compreensão dos movimentos que ocorrem na sua trajetória escolar enquanto lidam com o processo gestacional, parto, pós-parto e puerpério.

Na ocasião da entrevista, constatou-se que praticamente a totalidade de adolescentes (n=06) está estudando, sendo que mais da metade (n=04) está cursando o ensino médio. Por outro lado, esse mesmo quantitativo (n=06) referiu ter interrompido seus estudos no período gestacional,



retornando para escola em momento posterior a gravidez, apenas 01 das adolescentes permanece com a trajetória escolar regular. Todas as participantes frequentam escolas da rede pública de ensino, em sua grande maioria localizadas na zona urbana.

O Quadro 1 expõe os dados atuais sobre a escolaridade das participantes:

**Quadro 1 – Características de escolaridade das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA**

Participante	Está estudando?	Continuou estudando durante a gestação?	Tipo de escola que frequenta? Localização?	Situação escolar atual
A1	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando o 2º ano do ensino médio
A2	Sim	Sim	Pública / Urbana	Cursando o 3º ano do ensino médio
A3	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando a 4ª etapa (Educação para jovens e adultos - EJA)
A4	Sim	Não	Pública / Rural	Cursando o 2º ano do ensino médio
A5	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando o 1º ano do ensino médio
A6	Não	Não	-	Parou no 9º ano do ensino fundamental
A7	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando a 4ª etapa (Educação para jovens e adultos - EJA)

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Diversos estudos relacionam a idade que a mulher tem o seu primeiro filho com o seu desenvolvimento educacional e as desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho, sendo frequente a associação do episódio reprodutivo ao impacto negativo quanto a sua perspectiva de futuro.

No âmbito educacional, a literatura afirma que mulheres mães na adolescência apresentam probabilidade reduzida de frequentar e finalizar o ensino médio, o percentual varia entre 24% - 34%, levando a deserção e/ou discriminação em contextos educacionais e sociais, além de, reconfigurações ou desvios nos projetos de vida (Santos; Pazello, 2012; Taborda *et al.*, 2014; Brasil, 2022).

Bem como encontrado nesta pesquisa, o estudo quantitativo realizado por Almeida, Aquino e Barros (2006) com 4.634 jovens do sexo feminino e masculino em três capitais brasileiras, buscou descrever a relação entre as características da trajetória escolar e o episódio reprodutivo adolescente. Identificou-se que 39% dos participantes permaneceu na escola mesmo com a ocorrência da gravidez na adolescência, porém, os demais 61% apresentaram uma trajetória escolar irregular, marcada por interrupções, repetências ou defasagem idade-série, para que por fim, chegassem a conclusão da educação básica. Os participantes com alguma interrupção nos estudos, declararam ter tido pelo menos um episódio reprodutivo na adolescência, proporção muito maior se comparada aos jovens com trajetória escolar regular.

Nesta mesma perspectiva, Taborda *et al.* (2014) através de uma análise qualitativa, encontra dados similares aos autores supracitados. Observou-se que de 20 adolescentes mães, 13 pararam de estudar, e destas apenas 04 retornou ao ambiente escolar após o nascimento do bebê, sendo o menor percentual de retorno percebido nas meninas de classes baixas, pois a classe média, por consequência do apoio recebido pelos pais acaba priorizando a atividade intelectual para que tenham um projeto de vida futura além da maternidade.

Santos, Guimarães e Gama (2016) ao avaliar a percepção de dez grávidas adolescentes sobre o seu processo gestacional, identificou que oito não frequentavam a escola no momento da entrevista, e apenas duas haviam concluído o ensino médio. Entre as que interromperam seus estudos, a gravidez e o ingresso no mercado de trabalho foram os motivos mais relatados.

Ao conhecer a trajetória escolar de dez adolescentes mães que engravidaram com idade entre 12 e 14 anos, Farias e Moré (2011) encontraram apenas quatro estudando, duas cursando o supletivo e outras duas o ensino regular. Entre as que não estavam estudando, três planejavam retomar os estudos e outras três demonstraram interesse, mas consideravam difícil que isto ocorresse, estas foram consideradas como meninas com trajetória escolar irregular. As dificuldades e a interrupções dos estudos expressaram as dificuldades em conciliar escolaridade com a maternidade, seja em função dos cuidados com o filho ou pelos perigos que amedrontam o deslocamento no período noturno. Percebeu-se, ainda, que as adolescentes gostariam, mas não viam perspectivas de retorno à escola, em função dos cuidados com os filhos.

Diante dos dados, analisar a relação entre escolaridade e gestação na adolescência deve considerar, se for possível, a sequência temporal entre os eventos, e não desconsiderar o aspecto socioeconômico das adolescentes. A literatura é clara ao afirmar que maior parte das adolescentes de classes e regiões mais pobres do país abandonam a escola antes de concluir a educação básica ou a maior proporção do abandono dos estudos a época ou depois da gravidez para adolescentes baixa renda (Almeida, Aquino e Barros, 2008).

Sob outra ótica, Polido e Mariano (2020) avaliam seis mulheres em situação de pobreza que engravidaram na adolescência, e chama atenção ao fato de que somente 01 delas conseguiu terminar o ensino médio. A reflexão das autoras aponta o abandono escolar como antecessor da experiência da gravidez e maternidade precoce, sendo este um fenômeno motivado por diversos fatores e leva ao atraso no avanço da escolaridade. Na análise das autoras, a baixa escolaridade dessas mulheres jovens é fruto de um entrecruzamento de fatores que envolvem condições de desigualdades escolares, e são potencializadas pela experiência da maternidade adolescente, e não necessariamente são ocasionadas pelo episódio reprodutivo.

Santos e Pazello (2012) tem resultados semelhantes ao estudar os impactos da gravidez precoce a curto prazo com adolescentes brasileiras, e chega à conclusão de que a presença do filho pode reduzir as suas chances de completar as etapas do ensino de forma regular, o que pode significar apenas um atraso para conclusão das séries ou, em casos extremos, o total abandono dos estudos.

Ainda de acordo com os autores supracitados, apenas 17% das jovens brasileiras de 10 a 19 anos de idade que tem filhos estão frequentando a escola, e o restante por alguma razão está fora do sistema educacional. A análise realizada pelos autores sobre as repercussões a curto prazo da gravidez precoce para as adolescentes brasileiras, defende a hipótese de que os impactos negativos, na condição de existirem, não são definitivos a ponto de garantir-se que irá continuar na idade mais adulta. Suas discussões, apostam que a longo prazo, o jovem possa superar o atraso escolar, eliminando os aspectos negativos da maternidade precoce, entretanto, a curto prazo, é consensual entre os autores a forte relação negativa entre filhos na adolescência e desempenho escolar (Santos; Pazello, 2012).

A discussão apresentada pelos autores Polido e Mariano (2020), e, Santos e Pazello (2012) associam-se a duas questões importantes, uma é a confirmação da existência das desigualdades de gênero, pois quando se investiga as razões para interrupção dos estudos, assim, como em outros trabalhos, estatisticamente a gravidez e os filhos são os principais motivos citados por mulheres, mesmo que seja a curto prazo. E a outra questão, são as desigualdades regionais, principalmente, no que diz respeito a efetivação de políticas educacionais, econômicas e de urbanização que se mostram mais uma vez insuficientes para necessidade da população.

Outro fator importante é a característica das escolas onde as adolescentes mães estão inseridas, neste estudo, bem como encontrado na literatura, as investigações feitas sobre escolaridade e gravidez na adolescência, geralmente são realizadas em escolas públicas, este dado se justifica por ser neste ambiente a maior concentração dos jovens com trajetórias escolares irregulares, além da presença de fatores preditores ao abandono escolar. É importante destacar que esta realidade possui menor representatividade nas escolas privadas, e maior significância no segmento da educação pública (Lima; Gonçalves, 2023; Pantoja, 2003; Maranhão *et al.*, 2017; Almeida; Aquino, 2008).

Com base nos nossos achados, é possível afirmar que a narrativa das adolescentes mães participantes desta pesquisa, está em consonância com dados presentes na literatura sobre os principais fatores que levam à interrupção dos estudos, porém, o que as diferencia das demais jovens mães é o cenário pandêmico que estavam inseridas a época da gestação.

Sob essas circunstâncias, percebi na fala das participantes que quando questionadas sobre ter continuado ou não frequentando a escola no durante ou após o período gestacional, os relatos foram bastante diversificados, e refletiram as conjunturas a qual estavam inseridas na época, a pandemia da Covid-19 foi mencionada com frequência na fala das participantes. Conforme apresentado abaixo:

*“Não, não. Foi o tempo da pandemia em 2020, e nessa época eu não estudava no São Raimundo também, daí não consegui estudar nessa época [...] eu voltei depois da pandemia, foi em 2021, aí eu já tinha tido o meu filho” (A1).*

*“Não, porque era pandemia, aí não estava tendo aula na escola, e eu não conseguia acompanhar online. Aí eu parei de estudar nessa época, só depois*

*que eu voltei porque a neném já tinha crescido mais, e a minha mãe já conseguia ficar com ela pra eu ir para aula” (A5).*  
*“Não (silêncio) porque quando eu fiquei grávida foi complicado, e aí eu não fui mais para escola. Depois também teve a pandemia, aí eu parei nesse tempo” (A7).*

Manifestou-se na fala das adolescentes a sensação de impotência para permanência na escola, uma frase dita com constância foi “*eu não conseguia*”, e somado ao discurso, as condições gestacionais e a ocorrência da pandemia da COVID-19 aparecem como possíveis fatores para abdicar temporariamente da formação escolar, esta narrativa esteve presente na fala de 04 mães adolescentes participantes do estudo.

No meio científico, ainda são poucos os estudos realizados sobre a gravidez na adolescência frente a pandemia da Covid-19, porém, as relações do ambiente escolar com a pandemia da Covid-19 já constituem objeto de investigação no cenário acadêmico, o que nos possibilita construir uma reflexão sobre a possível associação entre esses fatores.

No Brasil são elevadas as taxas de mortalidade maternas, o que significa uma maior exposição das adolescentes grávidas à complicações, morbidade e mortalidade devido a gestação. Como descrito na literatura, a Covid-19, mundialmente, se tornou uma doença alarmante, ampla e complexa que necessita de atenção especial, principalmente direcionada às gestantes, uma vez que as alterações fisiológicas e anatômicas adaptativas combinadas ao estado imunossupressor comum durante o processo gestacional as tornam mais propensas a patógenos das vias aéreas. Sua condição clínica, aumenta o risco de resultados adversos relacionados às infecções virais respiratórias, podendo evoluir para um quadro clínico mais grave que somado aos riscos obstétricos e neonatais, em alguns casos, pode levar à óbito (Martins *et al.*, 2023; Brasil, 2020; Silva, 2020).

Sá *et al.* (2022), ao buscar verificar a incidência da gestação adolescente no período pandêmico nas Unidades Básicas de Saúde em um município da região sul do Estado do Tocantins, confirmou a permanência nos números de casos de gravidez na adolescência durante a pandemia, haja vista, sobre isso era esperado que com as medidas de restrição, distanciamento e o estado de quarentena, reduziria a ocorrência da gravidez entre adolescentes, porém as estatísticas evidenciaram que tais fatores não foram determinantes neste processo.

Muito embora a Covid-19 possa atingir todos os níveis de idade, fatores como: nível socioeconômicos, sexo, etnia e situações de vulnerabilidade aumentam os riscos em condições de vida precária, falta de dinheiro e não acesso a políticas públicas essenciais, tais como saúde, educação e assistência social. Os autores destacam que muitos adolescentes se encontram envolvidos nesse contexto de vulnerabilidade, principalmente, os pertencentes as camadas populares (Sá *et al.*, 2022).

Cabe aqui afirmar, não ser possível negligenciar os impactos da pandemia no processo educacional, primeiramente houve o fechamento das unidades escolares com o objetivo de minimizar o risco de contágio pelo SARS-CoV-2 durante a pandemia de Covid-19, nesse cenário, todas as redes de ensino precisaram suspender as aulas presenciais. Com as escolas temporariamente fechadas, foram elaborados os planos de retorno às aulas e reabertura das escolas, seguindo protocolos de prevenção à Covid-19, nesse intervalo de tempo onde as redes escolares ficaram fechadas, os alunos estudavam através do ensino remoto, utilizando a internet e ferramentas tecnológicas para participar do processo educacional, é claro que essa estratégia não alcançou todo o alunado, deixando evidente a desigualdade social quanto ao acesso as tecnologias e enfatizando que a inclusão digital não acompanhou o desenvolvimento tecnológico, portanto, não é uma realidade para grande parte dos alunos da escola pública (Souza; Pereira; Ranke, 2020).

Segundo a pesquisa supracitada, os resultados alcançados demonstram que nenhuma unidade da federação chega a 80% das casas com acesso à internet, e não chega a 60% o quantitativo de famílias com conexão à internet em banda larga, a região norte está inclusa neste último grupo (Souza; Pereira; Ranke, 2020). Nessa perspectiva, a UNESCO (2020), através dos dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação, enfatiza a ausência de acesso a Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente celulares e acesso à internet, intensificando o risco de defasagem de aprendizagem e a evasão entre as camadas mais fragilizadas da população.

Em estudo realizado por Souza *et al.* (2023) no estado do Amazonas sobre as ações de gestão pensadas para o retorno das aulas presenciais em meio à primeira onda da pandemia da Covid-19, foi observado que a maioria dos professores (83,3%) e alunos (63,3%) teve problemas de conexão com a internet

durante as aulas remotas e relataram este fato como diretamente relacionado aos fatores de risco de evasão, defasagem e dificuldade de aprendizagens.

Com um análise mais voltada para execução de políticas públicas educacionais durante a pandemia, a pesquisa realizado por Souza, Pereira e Ranke (2020) sobre os resultados das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e o Plano Estadual de Educação (PEE/2015) no estado do Tocantins, colocam em evidência que a realização das atividades escolares de forma remota, demonstram uma preocupação quanto ao cumprimento do currículo e dias letivos, sem direcionar esforços para ações de investimento nas escolas para aquisição de ferramentas tecnológicas ou formação de professores, contribuindo para a criação de um plano de trabalho que viabilizasse o atendimento de todos os alunos. Não apenas com conteúdo, mas com acolhimento e reconhecimento da instituição escolar como um espaço de desenvolvimento humano pela prática social.

Em resumo, considerei pertinente dispensar atenção sobre o fato da ocorrência da gravidez na adolescência ser contexto da pandemia da Covid-19, pois devido os métodos de ensino das escolas terem sido modificados em razão das questões de saúde pública, esse aspecto pode ser considerado como um fator que tem como consequência o abandono escolar para os adolescentes em contexto de vulnerabilidade.

Através dos resultados obtidos, não é possível estabelecer a sequência temporal entre as questões em análise, mas podemos afirmar, que as adolescentes mães deste estudo em sua maioria caracterizadas como meninas de baixa renda que interromperam seu estudo durante ou após o episódio reprodutivo, podem ter encontrado motivação, tanto na dificuldades da condição gestacional ou pela condição da gravidez ter ocorrido durante a pandemia da Covid-19, onde a rotina escolar foi alterada e ela não pode desenvolver as suas atividades escolares normalmente.

No quadro 2, são apresentados os relatos das adolescentes mães participantes do estudo sobre a sua trajetória escolar e o relacionamento familiar durante e após o episódio reprodutivo. A maioria das participantes declarou ter boa convivência familiar, utilizando falas curtas e comportamento tímido, essa condição pode se traduzir nas expressões “tranquilo”; “normal” e “boa”.

Cada adolescente entrevistada, esteve inserida em contextos familiares distintos no decorrer da sua gestação, chama a atenção a fala das participantes A3 e A7 que referem ter enfrentado dificuldades no relacionamento em família quando descobriram a gravidez e compartilharam essa notícia com seus familiares, sendo inicialmente complicado a convivência familiar.

**Quadro 2 - Trajetória escolar e relacionamento familiar das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA**

Participante	Trajetória escolar e relacionamento familiar das mães adolescentes
A1	Relatou ter recebido apoio da família para voltar a estudar, a participante referiu morar com o seu filho, o pai do bebê, sua mãe, um tio e um primo, sobre a sua convivência familiar mencionou ser <i>“tranquila”</i> .
A2	Relatou não ter interrompido os estudos, mora com alguns familiares e quando questionada sobre seu relacionamento em casa referiu ser uma convivência <i>“normal”</i> .
A3	Relatou ter interrompido os estudos por um curto período após o nascimento do seu filho, mora com seu filho, o seu pai, madrasta e uma irmã. Quando questionada sobre seu ambiente familiar referiu ter enfrentado dificuldades na convivência familiar quando descobriu a gravidez, no entanto, considera que agora sua convivência em família é <i>“boa”</i> .
A4	Relatou ter interrompido os estudos quando seu filho veio a óbito. Mora com a sua mãe e seus irmãos, e no que se refere a sua convivência familiar considera que sua família <i>“convive bem”</i> .
A5	Relatou ter interrompido os estudos no período da pandemia, retornando no ano de 2022 para o ambiente escolar, quando sua bebê já podia ficar sob os cuidados dos seus familiares, mora com sua filha, mãe, padrasto e irmão. A participante não comentou sobre a sua convivência familiar.
A6	Participante não está estudando no momento, relata ter uma boa relação com os seus familiares, mora com sua filha, mãe e irmã. Refere que a convivência familiar é <i>“tranquilo...normal”</i> .
A7	Relatou ter interrompido os estudos no período gestacional, e quando questionada sobre seu ambiente familiar referiu ter sido <i>“complicado”</i> a convivência familiar durante a gravidez, mora com seu filho, mãe, padrasto, irmão e avô. Na ocasião da entrevista, mencionou sua convivência em família como <i>“normal”</i> .

**Fonte: dados da pesquisa (2023)**

Ao buscar compreender as repercussões da gravidez na vida de adolescentes quilombolas, Santos *et al.* (2022) avalia a situação de dez adolescentes mães no tocante ao aspecto familiar, a narrativa das participantes se assemelha com as nossas, os adolescentes quilombolas dizem que *“não foi muito boa”* a reação dos seus familiares com a notícia sobre a



gestação, no entanto, elas declararam receber assistência positiva do pai do bebê ou companheiro.

A literatura, de modo geral, indica a ocorrência da atitude de rejeição inicial por parte das famílias das gestantes e mães adolescentes, justifica-se o comportamento em decorrência de fatores sociais associados ao preconceito. Porém, é comum que com o decorrer do processo gestacional haja uma mudança nessa postura, e as famílias acabem apoiando-as mediante a situação, tal como, foi percebido nos achados do nosso estudo (Sousa, 2013; Tabora *et al.*, 2014).

Nesta mesma perspectiva, a análise de Gondin, Gondin e Chaves (2020) com seis adolescentes mães da Amazônia Marajoara, percebem na maioria dos casos estudados ausência do suporte familiar para enfrentar as consequências acarretadas pela gravidez não planejada, principalmente, na continuidade de seus estudos. Os autores, destacam a importância da família e da escola nessa fase, nas moças estudadas, identificou-se a falta de apoio em relação a continuidade dos estudos das adolescentes grávidas e/ou mães, pois as famílias não mostraram muito interesse na volta ou permanência das jovens na escola.

Ainda de acordo com os autores, na Amazônia Marajoara, mais especificamente na comunidade Turé, caracterizados como povos ribeirinhos, fica claro que durante a gravidez e a maternidade precoce as adolescentes vivenciam vários problemas que predispõem ao abandono escolar, primeiramente, por não terem uma estrutura familiar que possa contribuir de forma positiva nessa fase, e segundo lugar, porque vivem em situação de extrema pobreza, e por fim, por serem culturalmente levadas a reproduzirem as condições de vida de suas mães, obedecendo ao calendário biológico da fase reprodutiva, tendo logo na primeira menstruação a determinação da possibilidade de engravidar (Gondin; Gondin; Chaves, 2020).

De forma distinta, Pantoja (2003) percebe na fala de adolescentes de camadas populares em Belém - PA, a nítida intenção das adolescentes mães em não seguir o ofício de suas mães, embora com a experiência da gestação precoce, as jovens tem buscado outras possibilidades para o futuro através da continuidade dos estudos, o objetivo principal delas, geralmente, é oferecer um futuro melhor para os filhos, dessa forma, a maternidade serviria de impulso para trilhar um novo caminho.

Nos achados do nosso estudo ficou claro a participação da família como rede de apoio, tanto do tipo emocional quanto financeiro para as adolescentes que se depararam com a situação de gravidez e maternidade com pouca idade. Estes resultados são encorajadores e constituem um fator de esperança para que essas jovens e sua prole se sintam acolhidas no ambiente familiar, e também compreendam a importância da escolaridade para o seu futuro.

O apoio da família foi enfatizado pelas adolescentes mães como peça fundamental para continuidade no seu projeto de vida a partir da sua experiência com a gestação e maternidade precoce. Como observado nos trechos:

*“A minha família me ajudou muito tempo, aos poucos fui me organizando. Agora tá tudo bem” (A1).*

*“Aqui em casa, foi mais ruim assim no começo quando eu fiquei grávida, depois melhorou mais a convivência” (A3).*

*“A minha mãe me ajuda muito. A gente convive bem aqui em casa” (A4).*

*“Eu moro com a minha mãe e o meu pai, eles me ajudam demais. E agora a gente mora em outra cidade, aí tá mais tranquilo” (A6).*

A experiência dessas jovens faz referência ao apoio da família como essencial em vários aspectos, para que aprendam a cuidar dos filhos, para que possam retornar aos estudos, trabalhar, conviver com outras pessoas, entre outros fatores que permeiam a sua existência.

Santos *et al.* (2018) observa o abandono dos estudos como fator desencadeado pelas reponsabilidades maternas, como uma realidade que de fato leva a interrupção de projetos de vida, como a escolarização e o desenvolvimento pessoal. Entretanto, o cuidar do filho é um aprendizado diário, uma busca pela superação e afirmação da condição de mãe, e quando existe o apoio através da presença da mãe, da irmã ou até mesmo da sogra os riscos de impactos negativos são minimizados para essa jovem.

A literatura afirma também, sobre a importância do apoio familiar para lidar com a maternidade, as adolescentes mães ou grávidas esperam encontrar no seu seio familiar a principal fonte de apoio. Essa expectativa, pode indicar uma sobrecarga do sistema familiar e uma dificuldade por parte de outros sistemas, incluindo o sistema de saúde e a escola, de serem percebidos como fontes de apoio real (Sousa, 2013).

Conforme a autora acima, com base nos resultados de seu estudo qualitativo com 20 gestantes com idade entre 14 e 19 anos de idade, percebeu-se o apoio familiar ofertado para as mães adolescentes sob diferentes perspectivas, sendo o apoio social, afetivo e material mais presente no núcleo familiar de gestantes que não deixaram de frequentar o ambiente escolar. As jovens mães que não interromperam seus estudos, além de contarem com o apoio afetivo do núcleo familiar, representado principalmente pela mãe, tiveram o oferecimento de ajuda para os cuidados com a criança após o nascimento para que a adolescente pudesse retornar aos estudos, influenciando assim positivamente sua trajetória escolar (Sousa, 2013).

Para Pantoja (2003), a família assume grande importância para se manter a opção de continuidade dos estudos, dando significado ao projeto de ser alguém na vida, e estimulando a sua permanência no ambiente escolar.

Por fim, corroborando com este argumento, foi evidenciado por Lima e Gonçalves (2023) que a fase da adolescência em si já apresenta muitas complexidades para a vida de uma pessoa, e ter filhos nesse período, de forma planejada ou não, mostra-nos a relevância em propiciar uma rede de apoio, tanto familiar quanto social, para as mães e pais adolescentes. Nesse cenário, o apoio se faz importante para os adolescentes enfrentarem os dilemas que envolvem o nascimento e a criação de um filho, e também incentiva a continuidade dos seus estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional.

Encerra-se este capítulo, com a compreensão de que a gestação na adolescência além de ser um problema de saúde pública, também é uma condição envolta em um contexto de iniquidades que a produz e reproduz, sendo fundamental que as políticas públicas sociais atentem para as necessidades e demandas específicas dessa população, pois apesar do aumento de cobertura e atendimento especializado para esse público no sistema de saúde, existem lacunas na construção de estratégias, programas de saúde e de prevenção que atuem nos determinantes sociais e na redução de vulnerabilidades que são desfavoráveis para a qualidade de vida do público adolescente.

## Conclusão

Por meio dos resultados apresentados neste capítulo, é possível construir uma reflexão crítica sobre a maternidade precoce e a sua estreita relação com as questões de vulnerabilidade social, as desigualdades sociais e regionais, carência de informações ou orientações sobre sexualidade, dificuldades no acesso aos serviços de saúde, especialmente, no que tange a atenção primária, onde é preciso direcionar as ações de promoção da saúde para o público adolescente.

O objetivo geral proposto coloca em evidência que as principais repercussões da gravidez na adolescência na trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no município de Santarém-Pará tendem a ocorrer a curto prazo, gerando maior impacto primeiramente na convivência familiar da jovem mãe desde a descoberta até o momento da aceitação do episódio reprodutivo pelos seus familiares. Em caráter secundário, ocorrem as irregularidades na trajetória escolar (interrupções, repetência ou abandono), e em última instância observou-se o âmbito social afetado, por conta dos julgamentos e preconceitos envolvidos ao fenômeno da gravidez na adolescência.

Constatou-se também que todas as adolescentes entrevistadas frequentavam escolas da rede pública de ensino, a maioria cursando o ensino médio. Um dado importante encontrado é que praticamente a totalidade das adolescentes entrevistadas interrompeu seus estudos no período gestacional, retornando à sala de aula em momento posterior a gravidez. Somente uma das adolescentes mães permaneceu com a trajetória escolar regular, as demais foram caracterizadas como trajetórias escolares irregulares.

A predominância de trajetórias escolares irregulares, marcadas por interrupções nos permitem afirmar a existência de uma interligação entre a condição da gravidez na adolescência com as alterações na trajetória escolar de jovens mães, mas não nos permite determinar que a condição gestacional ocasionou o abandono escolar por parte da jovem mãe, pois no cenário desta pesquisa, especificamente, uma situação adversa fez parte do percurso gestacional da jovem mãe, uma vez que, as gestações ocorreram no período da pandemia da Covid-19 e, por essa razão, ocorreram mudanças nas rotinas escolares, como a implantação do ensino remoto e o fechamento temporário

das escolas, fatores esses que podem ter contribuído para o afastamento das adolescentes mães da escola.

Para que a maternidade não se tornasse o único papel possível para essas jovens mães, observou-se nos seus relatos a ênfase para o apoio recebido de suas famílias. Esse apoio recebido pelas adolescentes mães possibilitou que elas tivessem condições de vivenciar as demandas e responsabilidades que envolvem o nascimento do seu filho, além de auxiliar no seu retorno para continuidade dos estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional. Esse panorama encontrado reforça a hipótese de que a adolescência é uma fase marcada por contextos complexos, onde a vivência de um episódio reprodutivo (planejado ou não), nesse período, requer a construção de uma rede de apoio, tanto familiar, quanto social para os jovens que estão envolvidos nessa condição.

É de grande valia considerar que o desfecho dessa situação depende da rede de apoio dada às adolescentes, não somente o apoio familiar, mas da sociedade de modo geral, e também das instituições de saúde e de educação. Este estudo mostra sobretudo a necessidade de reconhecimento social do papel da família, da escola e das equipes de saúde nas ações de promoção de saúde, prevenção de doenças ou comportamentos de risco para crianças e adolescentes, principalmente, através do desenvolvimento de atividades de educação em saúde com foco na sexualidade para este público. Estas estratégias são oportunas aproximar esse tema tão importante dos jovens e da escola como um todo, e conseqüentemente contribuem para a permanência e êxito dos adolescentes no ambiente escolar.

Por fim, enfatizamos a necessidade de valorização do trabalho conjunto das escolas e equipes de saúde para a população adolescente, principalmente, pelas esferas governamentais, que ainda não tem êxito na implantação de políticas públicas para além dos documentos legais, o que faz com que na prática, a proteção pública infanto-juvenil não aconteça. Concluímos que o maior desafio na atualidade é a implementação de políticas públicas suficientes para enfrentar o problema de saúde pública da gravidez na adolescência, tanto em caráter preventivo, quanto na situação de ocorrência do fenômeno, no qual é necessário o acolhimento dessa adolescente grávida ou mãe, a fim de proporcioná-la condições para que esta não seja excluída no ambiente familiar, escolar e social.

## Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de; AQUINO, Estela Maria Leão. A gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica entre jovens de três capitais brasileiras. In: ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras**. 2008.

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de; AQUINO, E Estela Maria Leão; BARROS, Antoniel Pinheiro. Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 1397-1409, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. 70. São Paulo, 2011.

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Inicialização a sexualidade: Modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. p.155-206. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 1940. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em 01/07/2022.

BRASIL. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **Tecnologia da Informação a serviço do SUS**. [s.d.] Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em 15/06/2022.

BRASIL, Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **Tecnologia da Informação a serviço do SUS**. 2021. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>. Acesso em 01/06/2023.

FARIAS, Rejane de; MOREÍ, Carmen Ojeda Ocampo. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, p. 596-604, 2012.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. Relatório sobre a Situação da População Mundial 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relatorio-situacao-da-populacao-mundial-2021>. Acesso em: 05/07/2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 Ed. São Paulo. Atlas, 2022.

GONDIN, Kelle Daiane Cardoso; GONDIN, Gilvano Duarte; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Gravidez na adolescência e evasão escolar na Amazônia Marajoara: a realidade da comunidade Turé. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 60883-60903, 2020.

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. p. 29-59.

LIMA, Sandra Regina Rocha de; GONÇALVES, Josiane Peres. Relações de gênero e gravidez na adolescência: vozes de mães e pais adolescentes de escolas públicas. **Dialogia**, n. 45, p. e23488-e23488, 2023.

MANZINI, Eduardo José. **Análise da entrevista**. ABPEE. 284p. Marília, 2020.

MARANHÃO, Thatiana Araújo *et al.* Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 4083-4094, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. – 5. Reimp. São Paulo, Atlas, 2007.

MARTINS, Ana Paula Alves *et al.* Reflexões e desafios da assistência pré-natal à gravidez na adolescência frente à pandemia de Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e13012541530-e13012541530, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 2, p. S335-S343, 2003.

POLIDO, Luana Ribeiro; MARIANO, Silvana. O retrato de mães jovens: maternidade na adolescência e sua relação com a trajetória escolar. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1050-1070, 2020.

SÁ, Dayanne Ribeiro *et al.* Incidência de gravidez na adolescência no período pandêmico nas Unidades Básicas de Saúde em um município da região sul do Estado do Tocantins. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 2, p. e9351-e9351, 2022.

SANTOS, Felícia Mariana; PAZELLO, Elaine Toldo. O impacto da gravidez precoce sobre os resultados econômicos e sociais das adolescentes brasileiras. **Encontro Nacional De Economia**, v. 40, 2012.

SANTOS, Laisa Silva *et al.* Repercussões da gravidez entre adolescentes quilombolas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, 2022.

SANTOS, Natiely Lara Borges; GUIMARÃES, Denise Alves; DA GAMA, Carlos Alberto Pelogo. A percepção de mães adolescentes sobre seu processo de gravidez. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 8, n. 2, p. 83-96, 2016.

SANTOS, Rita de Cássia Andrade Neiva *et al.* Realidades e perspectivas de mães adolescentes acerca da primeira gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 65-72, 2018.

SECRETARIAS NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE RENDA DA CIDADANIA, DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO *et al.* Informativo Gravidez na Adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres. 2019. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/gravidez\\_adolescencia/informativo\\_gravidez\\_adolescencia\\_mds\\_2019.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/gravidez_adolescencia/informativo_gravidez_adolescencia_mds_2019.pdf). Acesso em 23/09/2022.

SILVA, Priscila Marconato da. **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: perfil das adolescentes do Ensino Técnico Integrado ao Médio da Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho** – Matão- SP. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) — UNESP. Araraquara, 2020.

SOUSA, Carla Roberta Macedo de. **Apoio Social e evasão escolar em gestantes adolescentes na Estratégia de Saúde da Família no município de Sobral – Ceará**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Curso de Medicina Campus de Sobral. Sobral, 2013.

SOUZA, Celestina Maria Pereira; PEREIRA, Jhonata Moreira; RANKE, Maria da Conceição. Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e10844-e10844, 2020.

SOUZA, Ivan Nunes *et al.* Da sala de aula a conexão: desafios para o retorno ao ambiente escolar após a “primeira onda” da pandemia de Covid-19 em Manaus, AM. **Delos: Desarrollo Local Sostenible**, v. 16, n. 46, p. 2416-2436, 2023.



TABORDA, Joseane Adriana *et al.* Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, p. 16-24, 2014.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América Latina e Caribe - Inclusão e educação para todos. Paris, **UNESCO**, 2020.